

## A CULTURA CASTREJA NO NOROESTE DE PORTUGAL: HABITAT E CRONOLOGIAS

Armando Coelho Ferreira da Silva \*

As particularidades que o Noroeste peninsular vem registando cumulativamente ao longo dos períodos anteriores vão evidenciar-se com a emergência a partir do final da Idade do Bronze de uma civilização arqueológica original fundamentalmente caracterizada pelo seu tipo peculiar de habitat em povoados fortificados em posições elevadas vulgarmente conhecidos pelo nome geral de castros, donde deriva a sua designação tradicional de cultura castreja, que, constituindo já um intenso foco de densidade humana, ocupa um lugar bem individualizado na Proto-história peninsular e é sem dúvida uma das manifestações mais significativas da personalidade desta vasta região.

Iniciados os seus estudos nos finais do século XIX pelo trabalho pioneiro de F. Martins Sarmiento, foi esta herança empenhadamente continuada pela Sociedade que ele fundou, ao dedicar-lhe sempre especial atenção nos seus programas de investigação, conservação e divulgação científica, e encontrou eco nos outros homens da «Portugália», que lhe conferiram expressão adequada no conjunto dos «materiais para o estudo do povo português», e conveniente valorização nos estudos de J. Leite de Vasconcelos e seu Museu. Também no Porto foi assinalável o contributo do Instituto de Antropologia Mendes Corrêa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, sobretudo com Rui de Serpa Pinto, estabelecendo uma relação frutuosa com arqueólogos galegos, onde avultava a figura de Florentino López Cuevillas e a actividade do Instituto Padre Sarmiento de Santiago de Compostela e do grupo «Nós» da Coruña.

Motivados pelo crescente conhecimento e atracção destes trabalhos, outros arqueólogos se interessaram por este tema multiplicando-se as campanhas de escavações, muitas delas produto voluntarioso de iniciativas pessoais com carácter monográfico e um certo cunho regionalista.

Nesta sequência e em sintonia com o esforço dos arqueólogos galegos, com que se vêm promovendo iniciativas comuns como os recentes Seminários de Arqueologia, uma nova geração, sobretudo ligada aos centros universitários da região, pretende solucionar os múltiplos problemas que as investigações anteriores deixaram em aberto, sendo objectivo primordial dos seus trabalhos de campo, de laboratório e de museu tentar definir, com metodologia actualizada, os limites cronológicos e periodização interna desta civilização arqueológica do Noroeste peninsular bem como redimensionar as componentes étnicas e culturais que uma investigação quase sempre envolta em panceltismo não permitiu esclarecer.

Relativamente ao estudo do habitat, em particular, cuja importância é nuclear para a definição de uma cultura que por ele é sobretudo conhecida (1), apesar da generalidade dos trabalhos realizados durante um século de arqueologia castreja ter sido marcada por uma atenção especial às estruturas descobertas, as análises feitas, impregnadas, às vezes sem discussão, de analogias históricas ou etnográficas, revestem normalmente a forma de estudos predominantemente descritivos, não se tendo conseguido, por falta de espaços horizontais e cortes verticais, uma visão integrada dos vários elementos correlacionados com a ocupação humana.

Com os trabalhos dos últimos anos, em que fomos servidos pelo progresso geral da Arqueologia e pelo avanço conhecido pela arqueologia dos habitats, em especial, nas técnicas de localização, métodos de escavação, análise e interpretação da informação, em conjugação com os dados fornecidos pelas fontes clássicas e epigráficas, substancialmente ampliadas com o decorrer do tempo e de importância específica para os períodos proto-históricos, e com uma perspectiva antropológica que privilegia o sentido da objectividade, já se vai tornando possível caracterizar suficientemente diversos aspectos fundamentais do habitat castrejo nas suas várias dimensões, pretendendo com o presente texto, que inclui alguns resultados do nosso próprio trabalho neste sector, prestar uma contribuição útil para o seu conhecimento no Noroeste português, área que, com alguns prolongamentos na parte meridional galega, aparenta com certa nitidez reconhecidos contornos de uma subunidade cultural que serão com certeza melhor ilustrados pelas comunicações referentes às zonas limitrofes da Galiza e Nordeste transmontano.

\* Universidade do Porto.

(1) Sínteses mais recentes com referências bibliográficas: A. R. MASÍÁ, *El habitat castreño*, Santiago, 1976; A. TRANOY, *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest dans la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris, 1981.

## 1 — HABITAT, OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

### 1.1 — A Implantação dos Povoados

As características geográficas do Noroeste peninsular, num ambiente onde o relevo desempenha papel predominante, tornaram-se condição propícia ao assentamento de povoados, cuja implantação terá obedecido prioritariamente a critérios estratégicos de defesa, a denotar um período de profunda mudança económica e social claramente manifesta na construção de inúmeros povoados fortificados no intervalo restrito de alguns séculos, podendo contabilizar, de momento, segundo os dados cartográficos da inventariação que temos em curso, com controlo no terreno, cerca de meio milhar na área portuguesa entre os rios Minho e Vouga e o Oceano e as bacias do Tâmega e Corgo, revelando quantidades que se distanciam do exagero de alguns cálculos repetidos desde o princípio do século (2) e que vêm sendo, para algumas áreas, criteriosamente corrigidos (3).

Outros factores terão, todavia, intervindo para a optimização da escolha do habitat. Com efeito, o mapa de distribuição das estações castrejas, ao registar uma maior densidade em colinas de altitude média, entre 200 e 500 m, nas proximidades da costa atlântica e ao longo das bacias dos rios, evidenciando um certo ordenamento geral na ocupação do espaço, em meios favoráveis à prática de actividades agro-pecuárias e ao aproveitamento dos recursos marítimos e fluviais, revela que a selecção de locais para o seu estabelecimento estava também inteiramente relacionada com a economia de subsistência de cada comunidade, sendo também notória a relação de alguns povoados com a exploração mineira, designadamente de estanho e ouro, que estavam na base de rotas de comércio tradicionais e foram motivação da sua conquista, segundo os dados conhecidos do Castro de Carvalhelhos (Boticas, Vila Real) (4), sendo também, a propósito e a título de exemplo, a impressão que nos fica da implantação dos castros da Serra de Arga, ao Minho, e do castro da Mogueira (S. Martinho de Mouros, Resende) situado no vale do Douro.

Funcionando os cursos de água como elemento decisivo do sistema estratégico de defesa do território e das vias comerciais que eles próprios constituíam e que as séries de castros ao longo dos principais rios, controlando eficazmente o seu percurso e os acessos ao interior, patenteiam, ou de simples elemento de defesa de alguns povoados traçando-lhes assim um fosso natural, a implantação na sua proximidade manifesta bem a importância estrutural da rede hidrográfica, quer como fonte permanente de abastecimento quer como principal meio de comunicação facilitando os contactos internos e externos, em consideração à sua navegabilidade. E se este aspecto do ordenamento territorial se nos tornou manifesto no Alto e Baixo Império também os nossos trabalhos documentam a sua ascendência pré-romana, a que não terá sido alheia a função em vários casos exercida como limite de território étnico (5).

Outras razões, como sejam, de ordem política ou religiosa, se tornaram no motivo de preferência por determinado lugar, como poderá ter acontecido no caso de alguns castros mais amplos e tardios, com carácter de controle territorial, ou de outros castros cuja função primária poderia estar ligada a serviços de carácter religioso relacionados com a existência de santuários, atendendo à importância que o factor religioso ocupava na vida das sociedades arcaicas e que aqui se revela, entre outras situações, pela sacralização do espaço aos vários níveis a que se manifesta no âmbito dos grupos familiares, dos povoados e dos territórios e dos próprios acidentes naturais.

Toda esta problemática, porém, só poderá ser convenientemente esclarecida quando resolvidos os problemas de periodização relacionada com o processo de desenvolvimento urbano das estações castrejas, cuja variedade de funções, de carácter residencial, defensiva, político-administrativa, económica ou ritual, incoativa e dispersa por cada pequeno castro nos primeiros tempos, terá conhecido na sua fase final, já sob os estímulos e por motivo da romanização, uma concentração de todas as funções possíveis num só povoado a que anda normalmente associado o topónimo de Citânia ou Cividade e que as grandes estações com esse nome com áreas escavadas significativas, como as Citânias de Briteiros (Guimarães) e de Sanfins (Paços de Ferreira) e Monte Mozinho (Penafiel) parecem confirmar.

Uma análise feita a partir da Citânia de Sanfins, em função do meio ambiente e segundo princípios de determinação de hierarquias e zonas de influências dos centros urbanos, ao manifestar uma equidistân-

(2) Bastará lembrar o número de 5 800 de A. CASTILLO, *Los castros gallegos*, La Coruña, 1908.

(3) Cfr., vg.: casos galegos citados in A. R. MASIÁ, *op. cit.*, p. 15 e, em geral, A. BOUHIER, *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*, III, La Roche-sur-Yon, 1979, p. 12 cit. in A. TRANOY, *Agglomérations indigènes et villes augustéennes dans le Nord-Ouest ibérique, Actes du Colloque Villes et Campagnes dans l'empire romain (Aix-en-Provence, 1980)*, p. 127.

(4) J. R. SANTOS JÚNIOR, *Duas campanhas de escavações no castro de Carvalhelhos, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XX (1-2), 1966, pp. 181-190.

(5) Cfr., vg.: C. PLINIUS, *Naturalis Historia*, IV, 112-113 sobre a distribuição dos povos na região.

cia da ordem dos 25-30 km de Sanfins a Briteiros, a Mozinho e a Alvarelos (Santo Tirso), como também ao Castelo de Guifões (Matosinhos), à Cidade de Bagunte (Vila do Conde), etc., correspondente a uma jornada, sugere-nos a consideração desta medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos segundo uma distribuição que parece obedecer a uma certa hierarquização em que cada um desses grandes povoados parece, nesta fase proto-urbana, ter desempenhado o papel de lugares centrais em posição de metrópole de territórios bem definidos (6).

Mesmo assim, em caso algum, se poderão esquecer as conotações defensivas que sempre andam conexas com a cultura castreja e a própria palavra de que deriva imediatamente recorda.

## 1.2 — A ESTRUTURAÇÃO DOS POVOADOS

### 1.2.1 — *O sistema defensivo*

A insuficiência das condições naturais de defesa propiciadas pelo relevo e cursos de água vai originar a construção artificial de diversos sistemas defensivos, de acordo com a morfologia do terreno e as necessidades e possibilidades das populações, utilizados isoladamente ou em combinações mais complexas sobretudo aparentes nos grandes povoados, onde uma série de muralhas representa efectivamente o elemento fundamental do sistema defensivo (7). Presentes em todos os castros reconhecidos, em número variável, conforme o grau de acessibilidade do sector e as dimensões do povoado, estão em geral dispostas concêntricamente e são às vezes reforçadas com outras defesas complementares, vg.: fossos (Coto da Pena, Vilarelho, Caminha; Citânia de Santa Luzia, Viana do Castelo; Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira; Castro da Cárcoda, S. Pedro do Sul; e sobretudo Castro de Carvalhelhos, Boticas, também com pedras fincadas), em acumulação bem típica da cultura castreja do Noroeste peninsular.

Pelos cortes estratigráficos que tivemos oportunidade de realizar e pelos dados disponíveis, conhecemos quatro tipos fundamentais deste sistema defensivo ordenados segundo indicações cronológicas:

- 1 — Alinhamentos de pedras de aparelho muito rudimentar (Castro de Baiões, S. Pedro do Sul) (8);
- 2 — Larga construção constituída por dois muros paralelos de faces verticais, geralmente de grandes blocos dispostos em aparelho irregular, com intervalo totalmente preenchido de terra (Cidade de Terroso, Póvoa de Varzim);
- 3 — Sólida construção de pedra com muros de reforço adossados, frequentemente em posição oblíqua e com largos troços de aparelho poligonal e helicoidal (Castro de Sabroso, Guimarães; Castro de Romariz, Vila da Feira; Castro da Cárcoda, S. Pedro do Sul);
- 4 — Muralhas simples com largura média de 1,50 m, normalmente formada por dois paramentos paralelos e com aparelho irregular internamente preenchidos com pedra miúda (Cidade de Ancora, Caminha, Viana do Castelo; Citânia de Briteiros, Guimarães; Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira; a generalidade dos castros).

De resto, as variantes observadas nas estruturas defensivas, quanto ao seu número, dimensões, planta, aspectos técnicos e outras particularidades como as entradas, torreões, rampas de acesso às muralhas, fossos, terraplenos e outros elementos, não raras vezes implicam também uma indicação de valor cronológico e cultural, como é o assinalado pela existência de fossos e pedras fincadas em certos castros transmontanos, vinculando-os a influências da arquitectura militar da zona da Meseta.

### 1.2.2. — *O ordenamento urbano*

É ainda praticamente desconhecida a forma mais antiga do habitat castrejo, que deveria ser de simples cabanas construídas com elementos vegetais que, por percíveis, deles não possuímos mais que indícios, sobretudo de pisos e lareiras, conquanto já se possa documentar desde muito cedo a construção de pedra em alguns castros que era inicialmente lascada e só muito tardiamente afeiçoada com pico de ferro, diferença técnica bem visível nas duas grandes fases da Cidade de Terroso, Póvoa de Varzim, e já documentada em Santo Estevão da Facha, Ponte de Lima (9).

(6) A. C. F. SILVA, Organizações gentílicas entre Leça e Ave, *Portugália*, Nova Série, I, 1980, p. 88.

(7) Além das obras gerais da nota (1), caracterização geral in M. CARDOZO, A organização defensiva dos castros do Norte de Portugal e a sua romanização, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, XXII, 1952, pp. 121-152.

(8) C. T. SILVA, O castro de Baiões (S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, XXXVIII (3), p. 157.

(9) C. A. F. ALMEIDA — T. SOEIRO — C. A. B. ALMEIDA — A. J. BAPTISTA, Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, Sep. *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, 1981, p. 90.

De entre a grande variedade de formas, em que se referenciam fundamentalmente construções circulares, ovaladas e angulares, com ou sem vestíbulo e algumas dependências, a predominância da planta circular, assinalada desde muito cedo, é uma das características mais significativas do habitat castrejo fazendo-o diferenciar abertamente do habitat céltico, com plantas de linhas ortogonais. Estudos de vários casos de sobreposição <sup>(10)</sup> atestem posterioridade relativamente às redondas das casas castrejas de planta angular, quadrangulares e rectangulares, construídas já sob influência romana.

De qualquer modo, pelo menos uma das casas do castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha), de paredes muito espessas feitas com pedra miúda ligada com saibro e de planta alongada e perfil curvilíneo adequada aos rochedos em que está implantada, é testemunho da existência de um tipo de construção de pedra nos primeiros tempos, ainda no Bronze final, em anterioridade absoluta às formas circulares também presentes na mesma estação.

É natural que, com o processo de urbanização, se tivesse assistido à substituição de pequenas unidades independentes residentes em pequenos castros por agrupamentos com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica implicou novas formas de organização arqueologicamente manifestas num novo ordenamento espacial. É pelo menos o que se pode deduzir da análise de um grande povoado como Sanfins ou Briteiros onde os alinhamentos quase ortogonais das suas ruas enquadram, como unidades modulares, vários núcleos autónomos de algumas habitações. Uma leitura da organização urbana da Citânia de Sanfins fornece-nos, neste aspecto, um modelo paradigmático, desenhando um sistema ordenado com uma rua central no sentido N-S a que se ligam outros arruamentos transversais mais ou menos equidistantes, formando recintos que enquadram, por toda a área escavada, trinta e cinco grupos de construções convergentes para um pátio e cercadas por um muro com cerca de quatro a cinco habitações circulares e angulares por núcleo, ocupando uma área média entre 200 e 300 m<sup>2</sup>, o mesmo fenómeno se verificando em muitas outras estações castrejas, conforme há muito vem sendo referenciado em notícias, relatórios e bibliografia própria <sup>(11)</sup>.

A análise espacial de alguns destes núcleos, com características familiares bem definidas, na Cidadela de Âncora (Caminha, Viana do Castelo) revelou-nos alguns destes conjuntos, um dos quais fazia compreender, em torno de um pátio lajeado central, com uma fonte ou cisterna, uma casa circular com lareira lateral destinada a habitação, outra rectangular com forno interno e lareira, de função mista, e outra circular com vestíbulo, posteriormente alargada por sobreposição para uma forma basilical, com cerca de cinquenta bancos de pedra ao redor dos muros e lareira central, para as festas familiares segundo Estrabão, III,3,7 podendo ter incluído ainda um recinto funerário como o do núcleo imediato que apresenta também uma casa circular de construção cuidada com pavimento interno orlado de seixos com duas lareiras laterais de pedra, outra casa circular com lareira de barro central e com muitos vestígios de actividade metalúrgica e uma terceira também circular com vestíbulo de construção mais recente, encobrindo um tríscolo *in situ* incluso na parede e com trinta e dois bancos à volta dos muros e lareira central de pedra como a sua congénere do outro núcleo, repetindo globalmente as mesmas situações.

De resto, pela informação conhecida, a forte impressão da igualdade destas unidades não sugere, em termos materiais, a existência da hierarquia que as fontes clássicas e outros dados parecem implicar.

Destacando-se destas unidades de arquitectura doméstica, atendendo sobretudo ao seu dimensionamento e implantação no povoado, alguns edifícios sugerem uma função pública eventualmente de carácter religioso ou político.

A primeira dessas funções poderá ter estado associado o complexo de grandes construções rectangulares, em localização central, na Citânia de Sanfins com espólio de natureza sagrada, designadamente duas aras anepígrafas, tendo sido interpretado com idêntica função um conjunto do Monte Mozinho <sup>(12)</sup>, podendo também documentar-se santuários «tipo Panóias» no alto do Castro da Mogueira (S. Martinho de Mouros, Resende) <sup>(13)</sup>, no Castelo do Mau Vizinho (Cimo de Vila da Castanheira, Chaves) <sup>(14)</sup> e provavelmente também no Castro de Roques (Vila Franca do Lima, Viana do Castelo), e fora, dos povoados, nas proximidades do Castro de Ribas (Argeriz, Carrizado de Montenegro, Valpaços) e outros paralelos conhecidos <sup>(15)</sup>.

Já um grande edifício de planta circular, com 11 m de diâmetro e bancos de pedra à volta dos muros, da Citânia de Briteiros, em posição excêntrica relativamente às unidades familiares, assim se diferen-

<sup>(10)</sup> Vg.: J. LORENZO FERNANDEZ, *Metamorfosis de unha casa castrexa*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXII (3), 1973, pp. 225-229.

<sup>(11)</sup> A. C. F. SILVA, *Novos dados sobre a organização social castreja*, *Portugália*, Nova Série, II-III, 1981-1982, p. 83.

<sup>(12)</sup> C. A. F. ALMEIDA, *O templo de Mozinho e seu conjunto*, *Portugália*, Nova Série, I, 1980, pp. 51-56.

<sup>(13)</sup> Comunicação de V. MANTAS ao Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, 1982) (em publicação).

<sup>(14)</sup> J. R. SANTOS JÚNIOR — A. M. FREITAS — A. E. COSTA, *Campo de trabalhos no Castelo do Mau Vizinho (Cimo de Vila da Castanheira, Chaves)*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXIV (2), 1982, pp. 293-320.

<sup>(15)</sup> A. M. FREITAS, *As pias dos Mouros (Argeriz, Carrizado de Montenegro)*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXIII (2-3), 1978, pp. 253-266; A. L. FONTES, *Culto ao deus Larouco, Júpiter e Atégina*, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Guimarães, 1980, pp. 5-20.

ciando das construções similares mais reduzidas atrás mencionadas, poderia muito bem ser o local de reuniões de um conselho de anciãos que quadraria com justeza com o funcionamento de um órgão com funções políticas, conforme por nós referido noutra oportunidade (16).

Apenas os edifícios destinados a banhos públicos sobressaem pelo seu aparato e técnica construtiva como monumentos singulares do conjunto arquitectónico castrejo, tomando a forma especial de construções hipogeias com câmaras de grandes monólitos talhados e com ornamentação do tipo «Pedra Formosa» de Briteiros (que era, aliás, elemento de um deles) normalmente situados junto a fontes ou linhas de água nas partes baixas dos povoados, e cuja função tem sido objecto de controvérsia, tendo sido vulgarizados como «fornos crematórios» postos em relação com o rito funerário dos povos castrejos (17).

Esta e outras hipóteses, como a de fornos de cozer pão ou de fundição que lhes foram atribuídas sem o devido fundamento, devem hoje ser abandonadas, pois não se vê para estes monumentos outra função que a de lugares de banhos públicos (18), em utilização associada à de simples fonte e envolvida de uma simbologia religiosa, convenientemente comprovada pela escavação recente do monumento de Santa Maria de Galegos (Barcelos), que nos forneceu a planta mais acabada deste género de construções bem como outros valiosos dados para análise, ultrapassando os dos paralelos referenciados na área meridional castreja, de que são mais conhecidos os da Citânia de Briteiros (19) e da Citânia de Sanfins (20).

Com efeito, esta solução tem a seu favor a particularidade da sua implantação soterrada em função da captação da água e manutenção do calor, a estrutura do monumento, que comporta todos os elementos necessários para a realização de banhos a vapor «tipo sauna» (forno, com chaminé, com inúmeros seixos rolados e outras pedras calcinadas sobre as quais era lançada água para provocar o vapor; câmara tipo estufa; antecâmara aberta com bancos corridos) e banhos de água fria (grande pia no átrio; canalização e esgoto), em rigoroso acordo, aliás, com a passagem da *Geografia* de Esrabão, III,3,6, em termos de informação localizada.

## 2 — CRONOLOGIA DO HABITAT CASTREJO

Temos hoje consciência perfeita de que, com os trabalhos dos últimos anos nesta região, conforme oportunamente referido na introdução deste texto, se está a ultrapassar a imagem estática que vinha sendo transmitida sobre a cultura castreja, habitualmente considerada como um bloco e só episodicamente com periodizações de carácter evolutivo (21) formuladas o mais das vezes sem um fundamento cronológico convenientemente conseguido e com insuficiências de estudos do espólio e seu contexto, estando a ser referenciados sistematicamente novos elementos de cronologia (22) e contando já com algumas abordagens estratigráficas de interesse (23).

Dos dados da nossa própria investigação, e sobretudo baseados num conjunto representativo de espaços escavados «em área aberta» com séries estratigráficas bem definidas, em diversas estações castrejas situadas entre o rio Minho e o rio Vouga, com maior incidência na zona litoral, entendemos poder enunciar os delineamentos gerais da cronologia do habitat castrejo no Noroeste de Portugal, que sumariamos do seguinte modo:

- 1 — É um dado adquirido com evidência arqueológica que o habitat castrejo nesta região é um fenómeno que radica as suas origens no final da Idade do Bronze, com povoados e estruturas identificadas e com densidade e variedade de materiais de tal modo associados que permitem caracterizar convenientemente o perfil desta fase arqueológica relacionada com um desenvolvimento excepcional da metalurgia do bronze na região.

O contributo invulgar de um depósito de fundidor recentemente descoberto no Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul) (24) encontrado no habitat, integrando um conjunto

(16) A. C. F. SILVA, Novos dados, *op. cit.*, p. 85.

(17) Resumo in MASIÁ, *op. cit.*, p. 85.

(18) F. CONDE VALVIS, Las termas romanas de la «Cibdá» de Arnea en Santa Maria de Aguas Santas, *III Congreso Nacional de Arqueología (Galicia, 1953)*, Zaragoza, 1955, pp. 432-446; C. A. F. ALMEIDA, O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *Actas do III Congreso Nacional de Arqueología*, Porto, 1974, pp. 166-167.

(19) M. CARDOZO, *A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da Pedra Formosa*, Guimarães, 1931.

(20) C. A. F. ALMEIDA, O monumento com forno, *op. cit.*, pp. 149-172.

(21) C. F. HAWKES, North-western castros: excavation, archaeology and history, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueología (Coimbra, 1970)*, Coimbra 1971, pp. 283-286; J. M. MOTES, Formacion y desarrollo de la castreña, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, I, Santiago de Compostela, 1975, pp. 269-284.

(22) Em especial, cerâmicas tipo Penha, Boquique e Alpiarça.

(23) Sobretudo C. A. F. ALMEIDA *et alii*, Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *op. cit.*

(24) Estudo em preparação para publicação (colab. Celso Tavares da Silva e António Baptista Lopes), cumprindo-nos significar ao Exmo. Cônego Celso Tavares da Silva o nosso melhor reconhecimento pela colaboração com que nos tem distinguido.

de materiais de bronze constituído por armas (pontas de lança; um punhal com cabo de bronze e lâmina de ferro), objectos de adorno (braceletes maciços de secção circular lisos e com decoração geométrica incisa e braceletes em larga fita canelada; pendentes e aros diversos), objectos rituais (*furcula* tridente; carros votivos), utensílios (machados de talão de duplo e um anel: foices de alvado; taças; outras peças utilitárias) e um instrumento de fundição (molde bivalve de machado de talão de um anel e uma face plana) associado a cerâmica manual típica, que se coloca entre os grandes depósitos europeus <sup>(25)</sup>, possibilitando a recuperação, numa unidade expressiva, de um complexo que vinha sendo conhecido de modo fragmentário <sup>(26)</sup>, que podemos apelidar de «grupo de Baiões», com datação proposta por Ph. Kalb, baseada em argumentos tipológicos e uma data de C14 (Gr N 74 84 Castro de Baiões 2650 ± 130 B.P. (= 700 ± 130 a.C.) <sup>(27)</sup>, em torno do séc. VIII a.C., é, de momento, o elemento de maior utilidade para a definição global desta fase.

Também as nossas escavações no Coto da Pena (Vilarelho, Caminha), em que registámos os primeiros vestígios seguros de construção habitacional em pedra, nos forneceram no seu estrato inferior, no interior de um concheiro, outros elementos, designadamente uma foice de talão e uma fíbula tipo Alcores, de idêntica cronologia.

E materiais diversos de outras estações recentemente escavadas e com resultados publicados <sup>(28)</sup> e inúmeros dados exclusivamente provenientes de habitats castrejos dos concelhos de Melgaço, Monção, Caminha, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Montalegre, Chaves, Amares, Vila Verde, Braga, Barcelos, Guimarães, V. N. Famalicão, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Santo Tirso, V. N. Gaia, Baião, Vila da Feira, Sever do Vouga, S. Pedro do Sul e Viseu, do nosso conhecimento, documentam com clareza por toda a região este primeiro período castrejo do Bronze final, com afinidades predominantemente atlânticas, influências meridionais e importantes *nuances* locais (mais notórias nas cerâmicas), características deste horizonte do Bronze Atlântico.

Considerando o questionamento em torno do paralelismo entre fases climáticas e arqueológicas para o período em questão de mudança da fase sub-boreal para a sub-atlântica, a utilização dos factores de ordem climática como explicação mono-causal das origens da cultura castreja no Noroeste Peninsular, a merecer conveniente investigação nos domínios da paleobotânica, osteologia animal <sup>(29)</sup>, pedologia e geologia, deverá ser tratada com reservas, sendo mais plausível que se tenha verificado uma mudança climática gradual do que brusca <sup>(30)</sup>.

A destruição geral de um povoado como o Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul), onde não são visíveis estratificações nem do qual consta qualquer renovação de pisos, a denunciar uma ocupação sem grande amplitude cronológica <sup>(31)</sup>, e a coincidência por toda a região de achados análogos, em planaltos e na planície, de jóias e outros depósitos (Serrazes, S. Pedro do Sul; Figueiredo das Donas, Vouzela; Baralhas e Vila Cova do Perrinho, Vale de Cambra) mais apelam a uma interpretação com base em movimentos de povos (tradicionalmente identificados com as migrações célticas, eventualmente portadoras de influências hallstáticas) que a factores naturais para as mudanças ocorridas, com paralelos em toda a área coberta neste estudo <sup>(32)</sup>.

- 2 — Ao longo dos sécs. VII-VI a.C. deverá ter-se acentuado um crescente afluxo de influências meridionais, relacionadas com o mundo tartéssico, de acordo com dados estratigrafados do Castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha) onde recolhemos uma fíbula tipo Acebuchal, «sanguessugas» de xorcas e adornos de bronze tipo arrecada do tesouro do Gaio (Sines), também significativamente documentados no tesouro de Baião e na arrecada de Paços de Ferreira, assinalando a introdução de inovações morfológicas (novas formas de adornos diversificadas), técnicas (destaque para a filigrana e o granulado) e estilísticas (leves e esbeltas e com

<sup>(25)</sup> Cfr. A. COFFYN — J. GOMEZ — J. P. MOHEN, *L'apogée du bronze atlantique. Le dépôt de Vénat*, Paris, 1981, pp. 36-40.

<sup>(26)</sup> Ph. KALB, Senhora da Guia, Baiões, *Madridier Mitteilungen*, 19, 1978, pp. 112-138; C. T. Silva, O castro de Baiões (S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, XXXVIII (3), Viseu, pp. 509-525.

<sup>(27)</sup> Ph. KALB, Uma data C14 para o Bronze Atlântico, *O Arqueólogo Português*, Série III, VII-IX, 1974-1977, pp. 141-144. Entregámos, para análise C14, uma nova amostra de madeira no interior de cabo de utensílio de bronze deste depósito.

<sup>(28)</sup> C. A. F. ALMEIDA, *et alii*, *op. cit.*, pp. 63-90.

<sup>(29)</sup> Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao Eng. A. R. PINTO DA SILVA, da Estação Agronómica Nacional, as análises paleobotânicas e ao Dr. JORGE EIRAS, do Instituto Augusto Nobre da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, as análises de espécies zoológicas que tiveram a amabilidade de nos fazer.

<sup>(30)</sup> Cfr., vg.: observações de H. G. H. HARKE, *Settlement types and settlement patterns in the west Hallstatt Province*, (BAR 57), Oxford, 1979, p. 65.

<sup>(31)</sup> Ph. KALB, O «Bronze Atlântico» em Portugal, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, 1980, p. 119.

<sup>(32)</sup> Ph. KALB, Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, 1980, pp. 25-59.

decorações fitomórficas e outras) das peças de ourivesaria, a denotar uma pronunciada mudança no sentido das correntes neste período com reflexos orientalizantes coincidente com a primeira Idade do Ferro, aqui até agora não atestado através dessa especificidade, cujo conhecimento apenas nos é transmitido, que saibamos, pelo punhal referido do depósito de Baiões (que, pelo contexto, parece tratar-se de peça importada) e com mais presenças na Galiza, sobretudo de punhais de antenas<sup>(33)</sup> inclusivamente procedentes de Santa Tecla, à foz do Minho, com espólio concordante com o do Coto da Pena, situado na outra margem, a sugerir também influências continentais, hallstáticas, a que outros elementos se podem reportar<sup>(34)</sup>.

- 3 — Cerca de 500 a.C., com certeza como resultado das perturbações acontecidas no Sul da Península após a batalha de Alalia, o Noroeste peninsular serviu de palco aos episódios da expedição de Túrdulos e Célticos especialmente referida por Estrabão, III,3,5, com contornos mitológicos, e objecto de interessante estudo por parte de A. García y Bellido<sup>(35)</sup>, hoje, segundo pensamos, convenientemente por nós corrigido<sup>(36)</sup> em consequência das escavações arqueológicas realizadas na área dos *Turduli Veteres*; nomeadamente no Castro de Romariz (Vila da Feira)<sup>(37)</sup>, e a partir da confirmação epigráfica da sua presença na margem esquerda do Douro, de acordo com P. Mela, III,8 e sobretudo C. Plinius, IV,112-113.

É provável que a revisão cronológica desta expedição se venha a tornar num marco importante a assinalar o começo de um novo período castrejo e a ilustrar os itinerários, os factores e as matrizes das transformações operadas, até agora mais entendidas como influências post-hallstáticas, de origem continental, sobre o fundo indígena, devendo o estudo da celtização da região ter na devida conta este novo dado.

Sendo ainda cedo para estimar o alcance deste movimento, não se poderá, de qualquer modo, agora ignorar a amplitude do reordenamento territorial resultante das vicissitudes desta expedição com a colonização, expressa nas fontes clássicas e comprovada arqueológica e epigraficamente, pelos *Turduli Veteres* da franja meridional da cultura castreja, a Sul do Douro, conferindo a esta área particularidades que poderão explicar as diferenças verificadas em relação à zona nuclear entre Douro e Minho, imprimindo-lhe a densidade de materiais de tradição púnica provenientes das suas estações arqueológicas um *facies* paralelo ao de maior influência céltica para a área da Galiza, para onde se terão dirigido os seus antigos companheiros.

Com habitat identificado desde o seu nível mais antigo no castro de Romariz, com lareiras de barro e espessa muralha de pedra tipo Sabroso, as estruturas de habitação deste período tal como nos apareceram na Cidade de Terroso (Póvoa de Varzim) e na Facha (Ponte de Lima)<sup>(38)</sup> são de paredes pouco espessas com dois paramentos unidos com argamassa de saibro e sem utilização de pico de ferro e com pisos finos, não tendo sido ainda escavadas áreas suficientemente representativas para uma leitura antropológica.

A primeira fase deste período, de evidente cariz post-hallstático documentado por materiais de origem continental, como as fíbulas tipo Sabroso e Santa Luzia típicas da região<sup>(39)</sup>, prosseguiu os contactos mediterrânicos daí recebendo vários produtos com essa referência como cerâmicas de tradição púnica abundantes a Sul do Douro e algumas cerâmicas gregas (Castelo de Faria, Barcelos; Facha, Ponte de Lima<sup>(40)</sup>; Romariz, Vila da Feira), com certeza produto de comércio púnico, e mais tarde campanienses (Santa Luzia, Viana do Castelo; Coto da Pena, Caminha), dualidade de influências externas cuja assimilação é aparente nos dois grandes grupos de ourivesaria, um interior transmontano, mais céltico, e outro litoral, mais mediterrânico.

A campanha de D. Iunius Brutus (138-136 a.C.), atestando os primeiros contactos directos entre romanos e populações castrejas da região, pelo seu perfil de expedição litoral, podendo

(33) F. LOPEZ CUEVILLAS, Armería posthallstática del NO. hispano, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, VIII, 1947, pp. 543-589; M. RUIZ-GALVEZ PRIEGO, Consideraciones sobre los puñales de antenas gallego-asturianos, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, 1980, pp. 85-111.

(34) Cfr., vg.: C. A. F. ALMEIDA *et alii*, *op. cit.*, pp. 63-90; A. BLANCO FREJEIRO, Origen y relaciones de la orfèbreria castreña, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XII (36), 1957, pp. 5-28.

(35) A. GARCIA y BELLIDO, «Pequeñas invasiones» y «transmigraciones» internas, *II Congreso Nacional de Arqueología (Madrid, 1951)*, Zaragoza, 1952, pp. 231-237.

(36) A. C. F. SILVA, As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia) — Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispania antiga, *Gaya*, I, pp. 9-26.

(37) Escavações realizadas entre 1980 e 1983 em colaboração com Rui M. S. Centeno; Cfr. R. CENTENO — A. C. F. SILVA, I.ª campanha de escavações arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira, Aveiro), 1980, *Humanidades*, I, 1982, pp. 63-69.

(38) C. A. F. ALMEIDA, *et alii*, *op. cit.*, p. 64.

(39) M. S. PONTE, A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, 1980, pp. 111-119.

(40) C. A. F. ALMEIDA, *et alii*, *op. cit.*, p. 66.

ter, na sua caminhada até ao Minho, comprovação arqueológica verosímil na destruição integral da Cividade de Terroso, com espessa camada de cinza de incêndio por toda a parte (de preferência a qualquer outro local de batalha indigitado entre os *Bracari* <sup>(41)</sup>, e eventualmente na linha de ocultação dos tesouros de jóias de Laundos, Estela, Afife(?) e Carço <sup>(42)</sup>, pelas proporções assumidas, segundo as fontes, e pelos estímulos criados e novas motivações e modelos propostos, deverá considerar-se responsável pelo termo desta fase e o início de uma nova etapa que, pelas estruturas aparentes se manifestou como de apogeu na cultura castreja, como fruto das novas relações estabelecidas doravante no quadro da romanização.

- 4 — É, com efeito, a esta fase castreja que se reporta a generalidade dos conhecimentos sobre ela vulgarizados a partir das escavações das grandes estações arqueológicas, como as Citânias de Briteiros e Sanfins, que se tornariam paradigmáticas desta cultura.

Por força dos contactos cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região assistiu a profundas alterações de organização espacial originando o surto de novas aglomerações proto-urbanas, polarizando o conjunto das actividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa como lugares centrais de territórios bem definidos, conforme atrás referido e a seu tempo descritas.

Devendo ter-se tratado de um processo de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores, para cujo desaparecimento ou retração aguardamos a resposta de trabalhos arqueológicos, ou então como resultado de migrações internas provocadas pelas movimentações da ocupação peninsular de que destacamos as campanhas sertorianas (com referência nas fontes clássicas relativamente a Cale <sup>(43)</sup> e com ocultação de tesouros seguramente atribuídos a essa data, vg., em Romariz <sup>(44)</sup>), as campanhas de César em que as fontes expressamente mencionam deslocações de populações para o Norte <sup>(45)</sup>, e mais tarde os momentos definitivos da conquista por Augusto significativamente documentados, entre outros dados mesmo numismáticos, como as moedas com a representação de armas indígenas como a *caetra* e outras, por uma série de tesouros de denários <sup>(46)</sup>.

Continuando a ocupar alguns sítios estrategicamente privilegiados, como pensamos ter ocorrido, vg., nas Citânias de Briteiros e Santa Luzia, e a reocupar outros, como a Cividade de Terroso após a sua destruição generalizada, em termos de alargamento demográfico, esta fase aparece também marcada pela fundação de vastas aglomerações em que a homogeneidade do seu ordenamento e a inexistência de renovações de pisos confirmam o cumprimento, em breve espaço de tempo, de um plano de urbanização, como parece ser o caso da Citânia de Sanfins e da Cividade de Âncora.

Da análise das estruturas materiais enquanto reflexo de unidades da organização social, sempre difíceis de definir, e ultrapassando embora os limites e objectivos deste trabalho a abordagem dessa temática, entendemos oportuno reafirmar a nossa convicção na assimilação entre cada núcleo familiar e a unidade social de base epigraficamente conhecida por *domus*. estudada como tratando-se de família *extensa*, e entre cada simples castro com o vocábulo *castellum*, enquanto unidade social superior à família, a que se reduz o signo  $\square$  <sup>(47)</sup>, começando a pensar que uma formação tão vasta como a Citânia de Sanfins com evidentes divisões internas presente, em termos orgânicos, a aglomeração de vários *castella*.

Esta fase proto-urbana de grandes povoados, evidentemente dirigidos por um poder central, patente no seu ordenamento geral, nas suas estruturas defensivas e de serviços públicos, conheceu importantes inovações tecnológicas, de que sobressai, a generalização dos moinhos giratórios com certeza coincidentes com a da roda do oleiro, com aceitação integral em alguns casos, de que Sanfins pode ser exemplo, não se encontrando aí, após quarenta anos de escavações, qualquer fragmento de cerâmica manual, a denunciar uma forte organização do sistema de produção, e da metalurgia do ferro tornada sistemática no fabrico de armas, instrumentos de construção, alfaías agrícolas e ferramentas artesanais, tendo com certeza surgido da combinação destes factores organizativos e técnicos as primeiras formas epigraficamente documentadas de

<sup>(41)</sup> Cfr., vg.: A. TRANOY, *La Galice romaine, op. cit.*, Liv. II, cap. I.

<sup>(42)</sup> Correlação já sugerida por C. A. F. ALMEIDA, A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade, *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, XI, 1972, pp. 14-15, a respeito das jóias de Laundos e Estela.

<sup>(43)</sup> *Sallustii Historiarum Reliquiae*, III, 43 in SERVIUS, Ad. Aen. VII, 728.

<sup>(44)</sup> R. M. S. CENTENO, O tesouro monetário do Castro de Romariz (Portugal), *Sautuola*, II, Santander, 1976-1977, pp. 209-219.

<sup>(45)</sup> Cfr. J. L. VASCONCELLOS, *Religiões da Lusitania*, III, Lisboa, pp. 142-143.

<sup>(46)</sup> R. M. S. CENTENO, O tesouro de denarii do Alto do Corgo (concelho de Valença), *Conimbriga*, XVI, 1977, pp. 93-101; J. TORRES, *Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos*, Sep. Santo Tirso, *Boletim Cultural Concelho*, I, (2-3), Santo Tirso, 1979.

<sup>(47)</sup> A. C. F. SILVA, Novos dados, *op. cit.*, pp. 83-86.

organização profissional na região constituídas por grupos de *artífices*, como os que se dedicavam à estatuária <sup>(48)</sup> e com certeza a obras públicas, de maior cuidado, como os lugares de banhos públicos com pedras esculpturadas, e a construção de muralhas de que o *lapidarius* de Afife, segundo a nossa interpretação, pode ser testemunho <sup>(49)</sup>. Também as marcas de oleiro, como as das oficinas identificadas de Briteiros e Sanfins, além de outros dados que o estudo das cerâmicas que temos em curso virá fornecer, já nos manifestam outros aspectos da organização económica e social castreja, em função da existência de centros de produção e distribuição, nomeadamente de oficinas e mercados próprios e trocas internas e externas também atestadas pela generalização da circulação monetária.

Com elementos de cronologia relativamente abundantes, sobretudo de procedência romana, designadamente, as fontes clássicas, numismáticas e epigráficas e outros produtos como ânforas, sigillatas, fíbulas, vidros e outros, e alguns indígenas, como a cerâmica cinzenta fina polida, apresentamos como horizonte cronológico para termo deste período a segunda metade do séc. I p. C., segundo dados recolhidos especialmente na Citânia de Sanfins, Cividade de Âncora, Castro de Romariz <sup>(50)</sup>, castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado e Cividade de Terroso, coincidente com dados de outros investigadores <sup>(51)</sup>, entendendo que, a partir das reformas flavianas na região, a pervidência da cultura castreja deverá ser objecto de ulteriores considerações no quadro da civilização romana provincial, conforme o esquema traçado para este Seminário.

<sup>(48)</sup> *Idem*, pp. 87-90.

<sup>(49)</sup> M. M. MARTINS — A. C. F. SILVA, A estátua do guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde), comunicação apresentada ao Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, 1982) (em publicação).

<sup>(50)</sup> A. C. F. SILVA — R. M. S. CENTENO, escavações arqueológicas na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) 1977-1978, *Portugália*, Nova Série, I, Porto, pp. 57-78.

<sup>(51)</sup> Vg.: M. MARTINS, *O povoado fortificado de santo Ovidio*, (Cadernos de Arqueologia, 1), Braga, 1981.